



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao *caput* do art. 36 do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 36.** É vedada a transferência, a qualquer título, para outra pessoa ou entidade sem personalidade jurídica, de créditos do IBS e da CBS, exceto os créditos acumulados, que poderão ser cedidos a terceiros.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a redação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, aprovada na Câmara dos Deputados, os créditos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) serão compensados na seguinte ordem: compensação com débitos de mesmo período; compensação com saldo devedor não pago de períodos anteriores; ressarcimento; e compensação (com IBS e CBS) com débitos posteriores (à opção do contribuinte).

O direito ao crédito extingue-se em 5 anos, a contar da data da sua aquisição ao direito de se creditar, e é vedada a transferência de créditos, exceto no caso de operações societárias.

Por meio da presente emenda, que permite a cessão dos créditos acumulados de IBS e CBS, pretende-se salvaguardar o direito ao crédito quanto ao seu pagamento na operação e prestação anterior, bem como para aqueles contribuintes que terão crédito acumulado, de forma que não esperem pelo ressarcimento do Comitê Gestor, por prazo imensurável.



Diante da relevância do tema, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 14 de agosto de 2024.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)

